

The logo for FIESP (Federation of Industries of the State of São Paulo) is centered in the upper half of the slide. It consists of the word "FIESP" in a bold, black, sans-serif font, enclosed within a white rectangular box. This box is framed by four horizontal red lines: two above and two below the white box.

FIESP

A faint, light-colored sketch of a modern building with a complex, angular facade is visible in the background on the left side of the slide. The sketch uses fine lines and shading to suggest architectural details.

Programa de Aceleração do Crescimento

DEPECON/FIESP

29/01/07

As Medidas do PAC se dividem em 5 categorias

- 1) Investimento em Infra-Estrutura
- 2) Estímulo ao Crédito e ao Financiamento
- 3) Desoneração e Aperfeiçoamento do Sistema Tributário
- 4) Melhora do Ambiente de Investimento
- 5) Medidas Fiscais de Longo Prazo

(1) Investimento em Infra-Estrutura

- Projeto Piloto de Investimento (PPI): R\$ 11,3 bilhões, em 2007, e R\$ 41,2 bilhões, de 2008 a 2010.
- Criação do Fundo de Investimento em Infra-estrutura com recursos do patrimônio líquido do FGTS: aporte de R\$ 5 bilhões.
- Possibilidade dos trabalhadores com FGTS aplicarem até 10% do saldo da conta vinculada no Fundo de Investimento e Infra-estrutura

Investimentos programados para 2007 / 2010

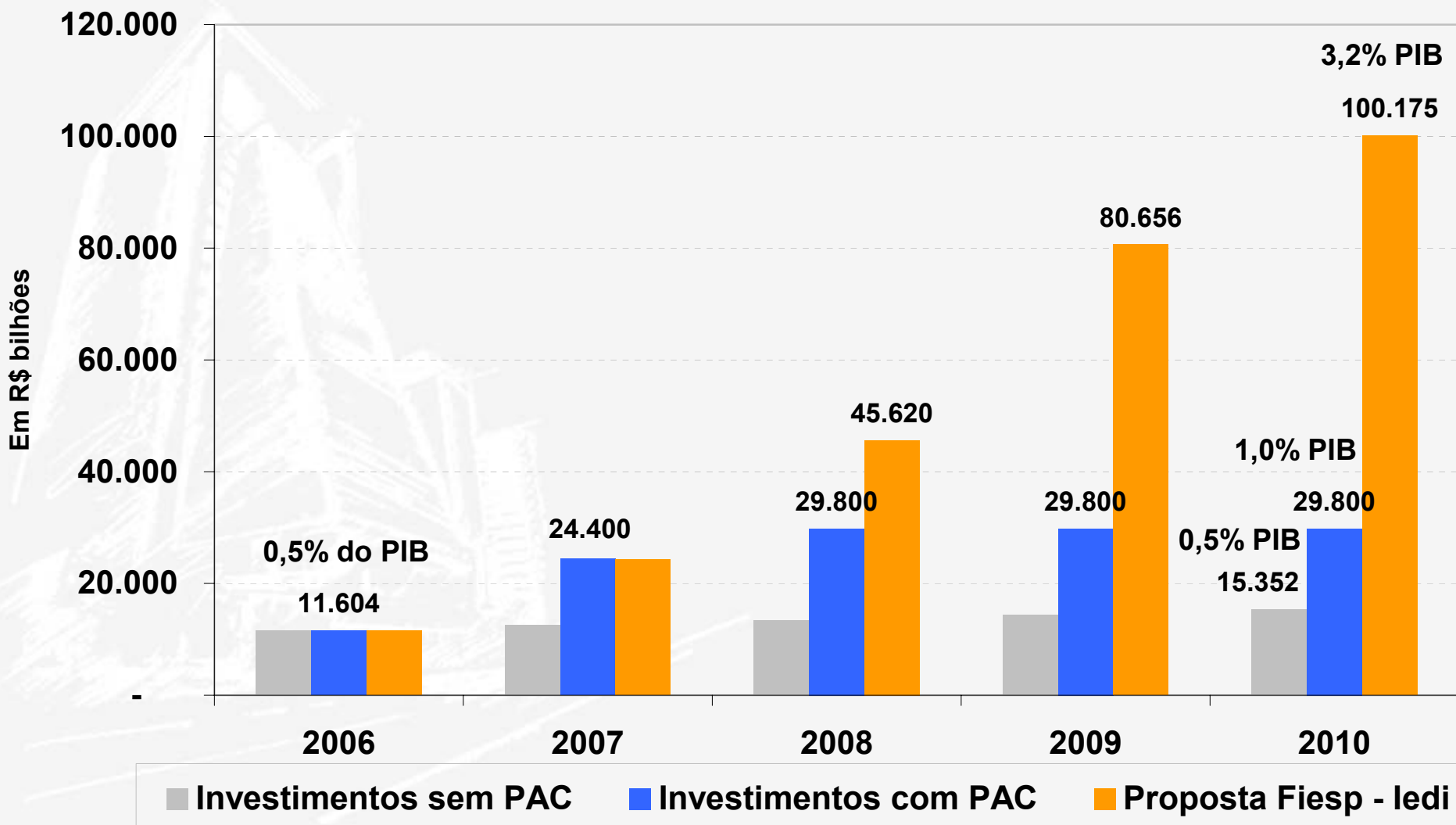
em R\$ bilhões

	2007	2008 - 2010	Total
Investimentos do PAC	15,8	52,0	67,8
PPI	11,3	41,2	52,5
Demais	4,5	10,8	15,3
Demais Investimentos	8,7	37,3	46,0
Total	24,4	89,4	113,8

Fonte: Ministério da Fazenda

Investimentos Públicos Federais em 3 cenários

Investimentos Públicos Federais: 2006 a 2010



Fonte: Ministério da Fazenda e projeções da FIESP / IEDI.

(2) Estímulo ao Crédito e ao Financiamento

- Concessão do Tesouro de crédito à Caixa Econômica para financiar habitação popular e saneamento (operação híbrida de crédito e aumento de capital): **aporte de R\$ 5,2 bilhões**
- Criação do Fundo de Investimento em Participações em Infra-estrutura (FIP-IE) com Isenção de IR para pessoas físicas que investirem por mais de 5 anos.

(3) Desoneração Tributária

- Criação do Regime Especial para Investimentos em Infra-estrutura (REIDI):
 - isenção de PIS/PASEP e COFINS na venda ou importação de máquinas, equipamentos e materiais para utilização em obras de infra-estrutura destinadas ao ativo imobilizado.
- Redução do prazo para descontos de créditos adquiridos de PIS/PASEP e COFINS de Edificações:
 - o prazo para o desconto de créditos de PIS e COFINS passa de até 25 anos para 24 meses, medida válida para edificações adquiridas, construídas ou incorporadas ao ativo imobilizado.

(3) Desoneração Tributária

- Aumento do prazo de recolhimento de impostos:
 - mais 8 dias para INSS e mais 5 dias para PIS e COFINS;
- Ampla desoneração tributária às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores:
 - redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP, COFINS e IPI na aquisição de máquinas, aparelhos e equipamentos novos para incorporação no ativo imobilizado;
 - redução a zero das alíquotas do PIS/PASEP, COFINS e IPI e IR nas vendas dos produtos.

(3) Desoneração Tributária

- Redução de 5% para zero do IPI de perfis de ferro e aço não ligado;
- Aumento do valor de isenção para microcomputadores: de produtos até R\$ 2,5 mil para até R\$ 4,0 mil.

(4) Melhora do Ambiente de Investimento

- Regulamentação do Artigo 23 da Constituição (projeto de Lei Complementar):
 - fixa normas para a cooperação entre a União, Estados e Municípios nas ações administrativas relativas à proteção do meio ambiente e combate à poluição;
 - define os Conselhos e Fundos de Meio Ambiente e os consórcios públicos ou convênios como instrumentos a serem empregados na proteção ao meio ambiente

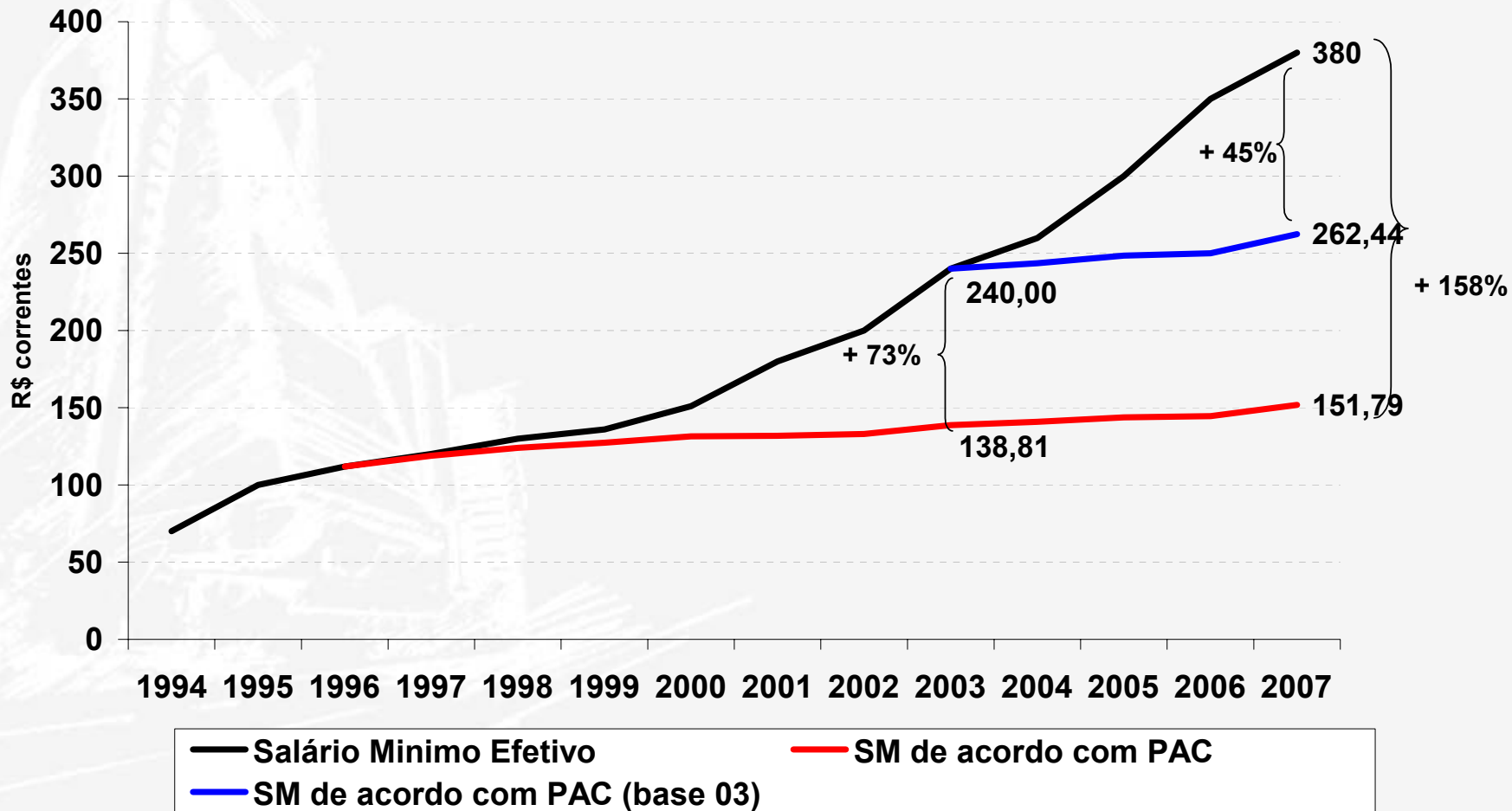
(5) Medidas Fiscais de Longo Prazo

O PAC traz limitadores do crescimento do gasto público:

- Regra de crescimento do salário mínimo: IPCA do ano anterior e Crescimento do PIB de dois anos atrás;
- Gasto total com pessoal em cada um dos 3 poderes pode crescer no máximo IPCA mais 1,5% ao ano.
- Cria o Fórum de Previdência visando propor medidas de “aperfeiçoamento” e “sustentabilidade” do sistema (deverá concluir seus trabalhos em 180 dias)
- Regulamenta o Fundo de Previdência Complementar do Setor Público

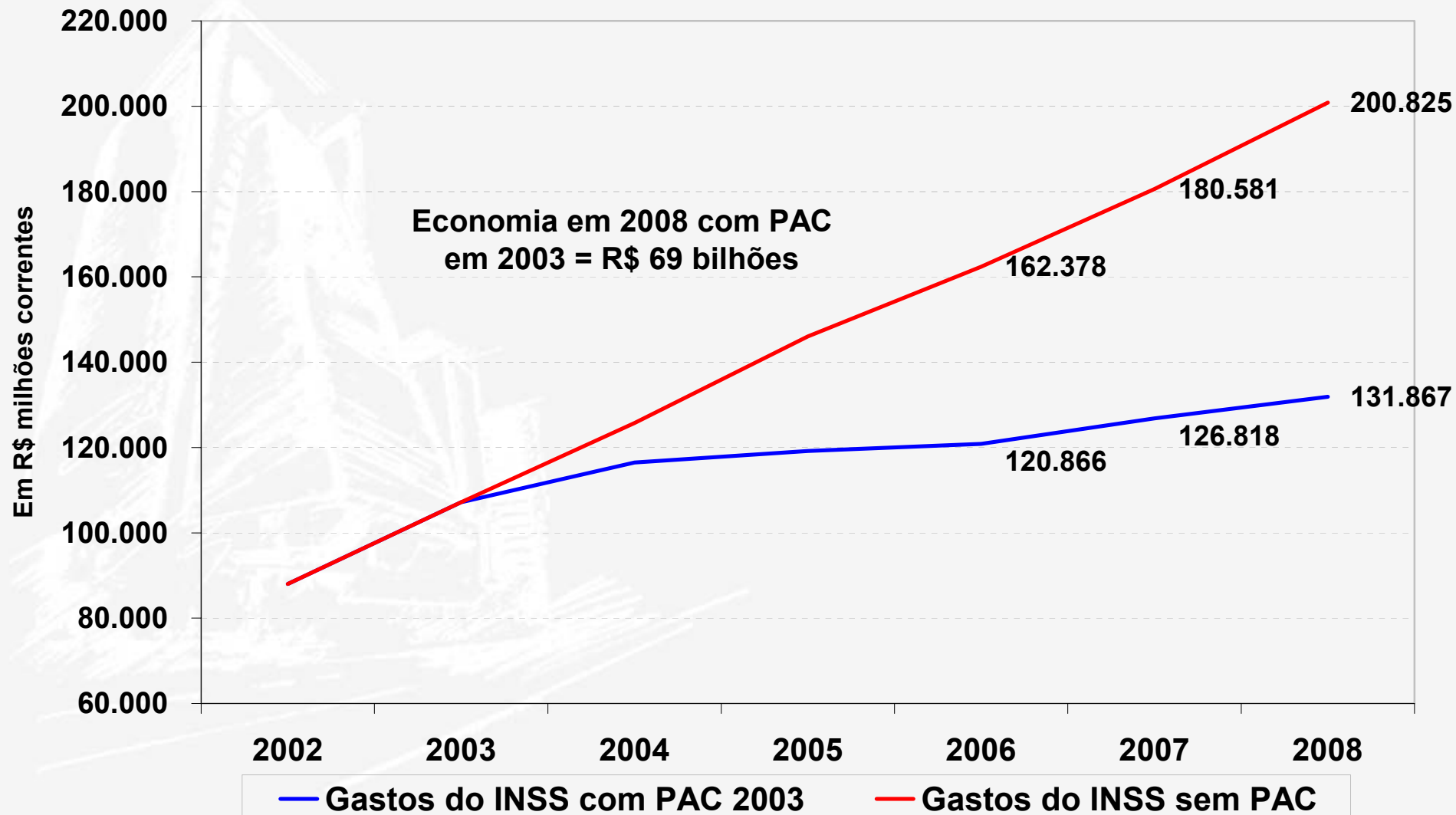
Medidas Fiscais de Longo Prazo

Comparativo de Salários Mínimos em R\$ correntes



Medidas Fiscais de Longo Prazo

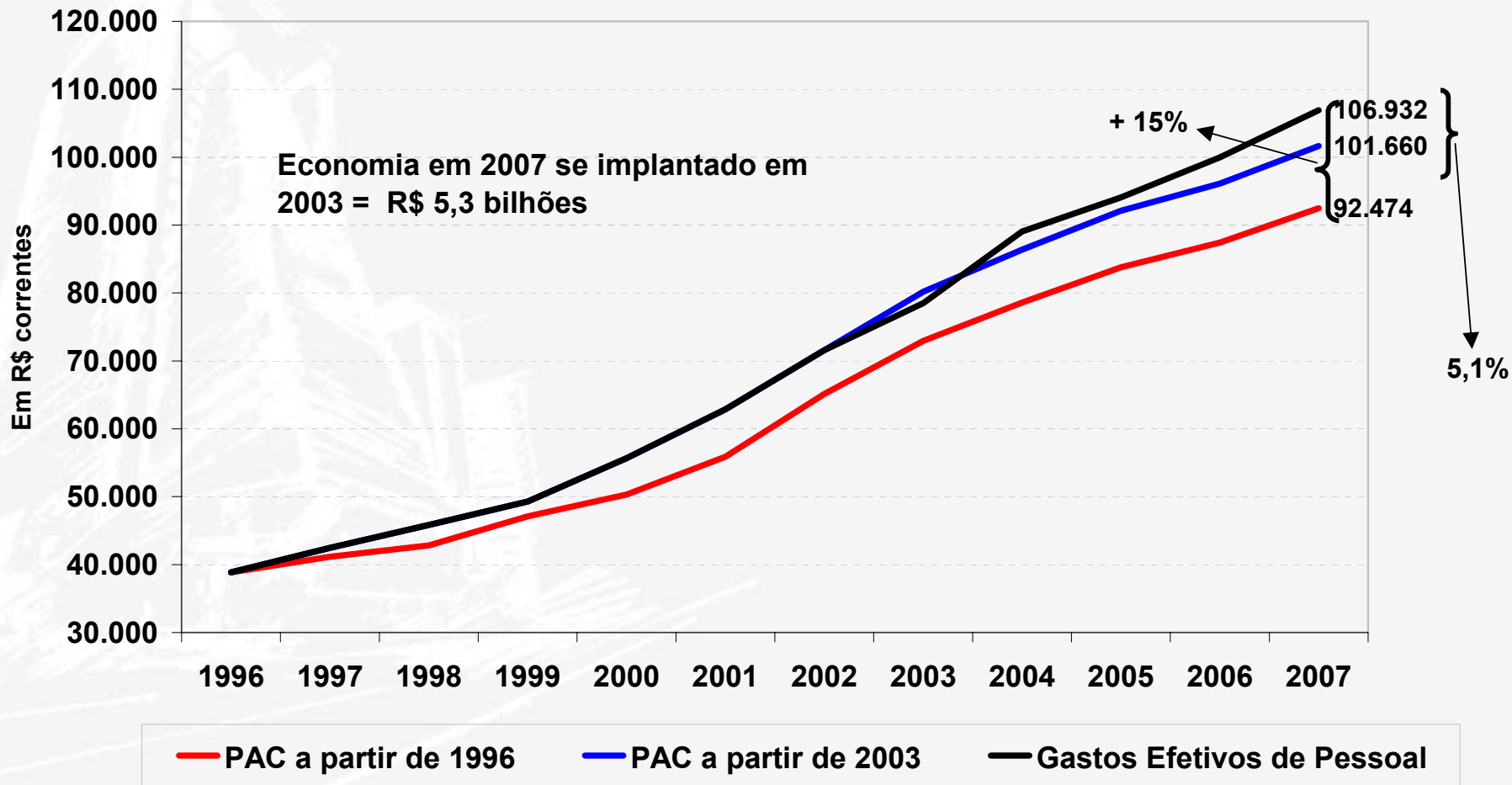
Projeção de Gastos da Previdência Social - em R\$ milhões



Fonte: INSS , STN, projeções da FIESP.

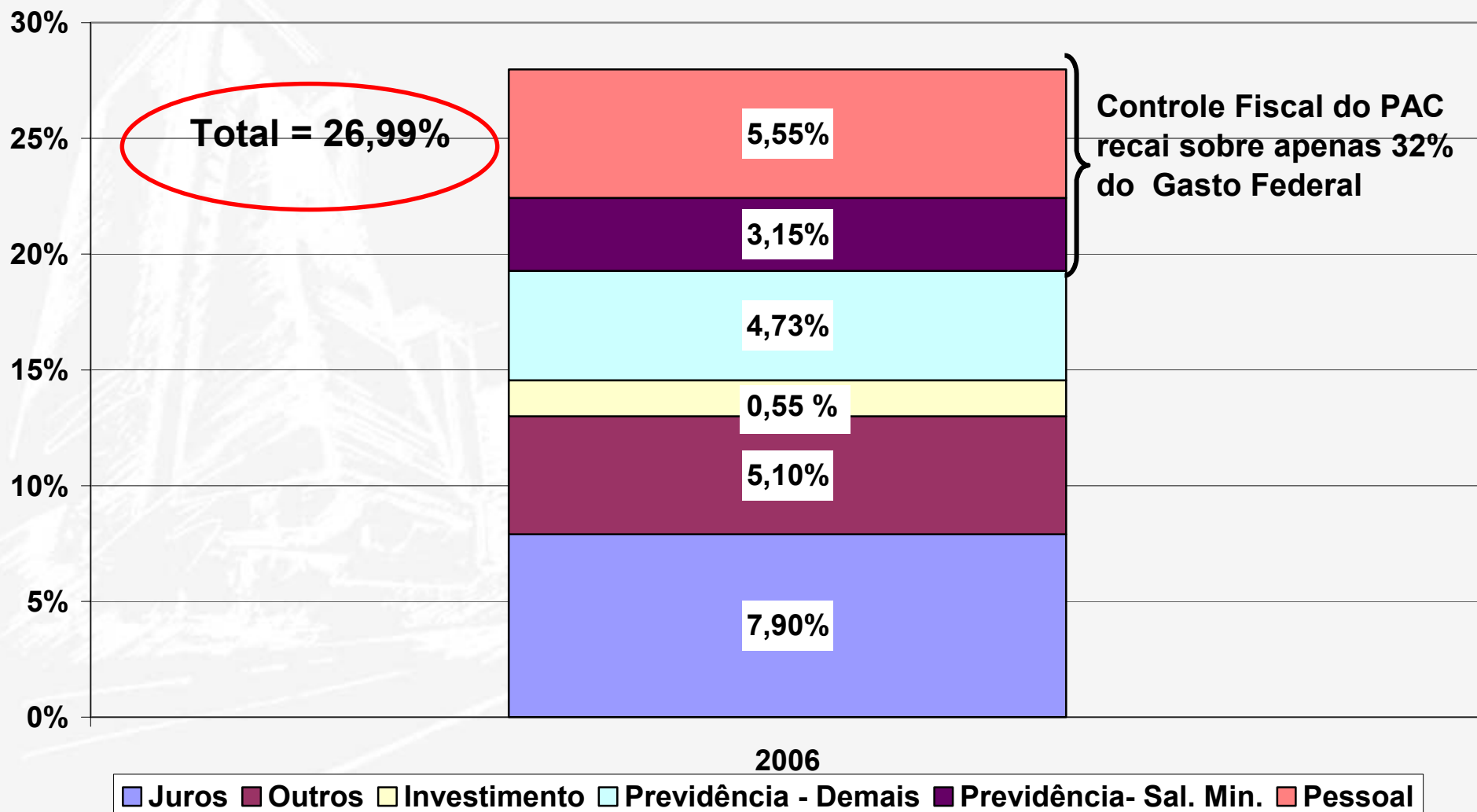
Medidas Fiscais de Longo Prazo

Evolução dos Gastos da União com Pessoal:
 supondo indexação dos gastos com pessoal



Medidas Fiscais de Longo Prazo

Composição do Gasto Público Federal em % do PIB



Pontos de convergência da proposta FIESP / IEDI e do PAC

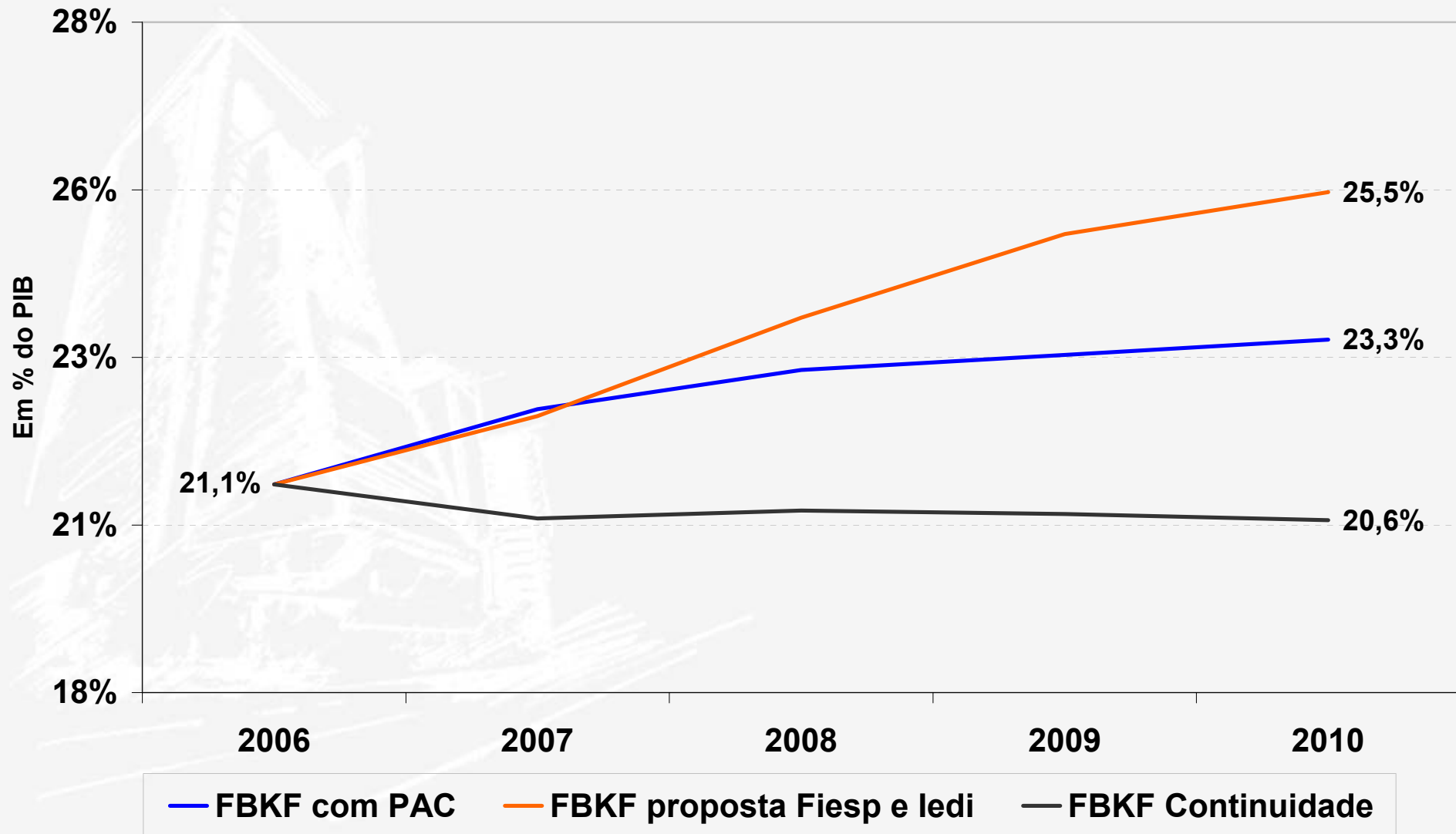
	Proposta FIESP e IEDI	PAC
Crescimento Econômico:	É meta da política econômica	É explicitado como objetivo
Investimento Público:	É meta, passa de 0,5% do PIB para 1% em 2007	Aumenta de 0,5% do PIB para 1,1% em 2007
Gestão Pública:	Definição de metas para gestores públicos e contabilidade privada	Gestão do PAC por meio de Comitê Gestor e Comitê Executivo
Controle dos Gastos com o Funcionalismo	Reajuste zero para o funcionalismo nos próximos dois anos	Imposição de limite máximo para o gasto com salários e encargos sociais

Pontos de divergência da proposta **FIESP / IEDI e do PAC**

	Proposta FIESP e IEDI	PAC
Superávit Nominal:	Previsto para ser alcançado em 2007	Previsto para ser alcançado em 2010
Medidas visando o Superávit:	Renegociação de contratos, uso generalizado de compras eletrônicas; adaptação às condições brasileiras das melhores práticas internacionais	Não menciona
Taxa Básica de Juros	Converge para a equivalente internacional	Não menciona
Política Cambial	Ativa, busca compatibilizar taxa de câmbio e crescimento econômico	Não menciona
Controle dos Gastos da Previdência	Reforma ampla (Nova Previdência), incluindo desvinculação do piso previdenciário do salário mínimo	Criação do Fórum Nacional de Previdência Social para propor o aperfeiçoamento do sistema e regra de reajuste do salário mínimo
Gestão de Ativos Públicos:	Transformar estoque em fluxo e aumentar o retorno do patrimônio público	Não menciona

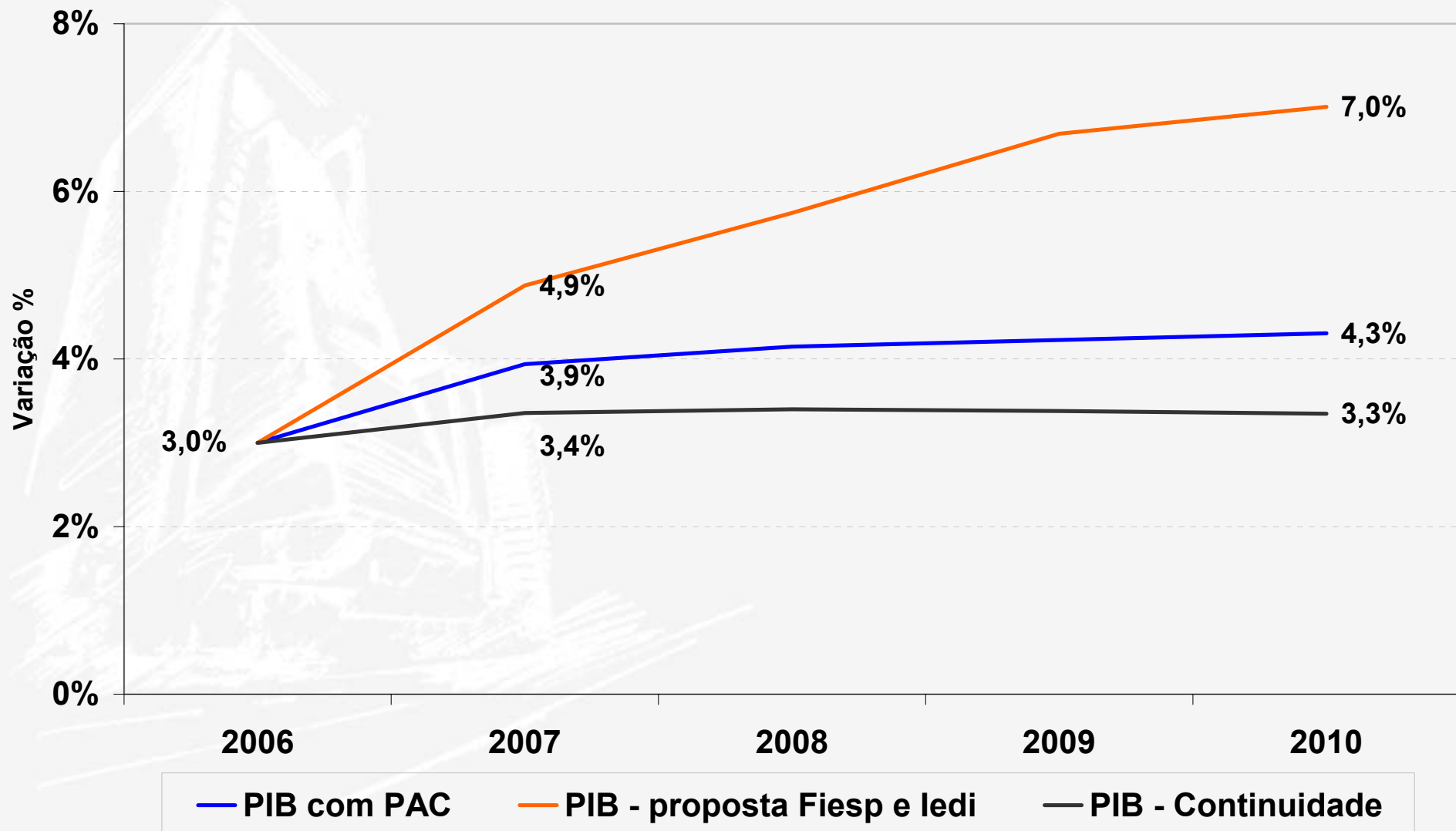
Efeito positivo do PAC sobre os investimentos públicos e privados se concentra até 2008

Projeção da Formação Bruta de Capital Fixo - em % do PIB



PAC pode elevar crescimento do PIB em 2007 para até 3,9%; longe das pretensões do governo (4,5% a 5,0%)

Projeção de Crescimento Econômico - variação %



CONCLUSÃO

- Iniciativa aponta na direção correta: busca de crescimento econômico e maior controle dos gastos públicos
- Medidas insuficientes e pouco abrangentes:
 - Ações fiscais tímidas e com efeito sobre apenas 32% dos gastos federais e, portanto, não abre espaço para a redução da carga tributária;
 - Não propicia queda significativa da relação Dívida/PIB e, portanto, restringe o crescimento do investimento público, a expansão do crédito e o conseqüente aumento dos investimentos privados;
 - Benefícios se concentram na indústria da construção civil e o impacto se restringe aos próximos dois anos.